



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

PROVA DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Setor

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Candidato

THAIS DA COSTA MOTTA DA ROCHA

Frase

"Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes." Paulo Freire

Reescreva a frase

"Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes." Paulo Freire

Nº Identificador

19006

"Não há valor mais ou valor menos; há valores diferentes". Paulo Freire.

Questão 01) A política educacional brasileira para a Educação Especial, atualmente, está voltada para a consolidação da proposta que reze uma educação inclusiva. Isso porque vivemos constituindo um movimento social nas últimas décadas, principalmente após a Constituição de 1988 e em especial, na educação, após a promulgação da LDBEN 9394/96, que contemporaneamente, trouxe em garantia o direito da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, não apenas a acesso ao ensino regular, mas a permanência com condições qualitativas e igualitárias dos sujeitos à aprendizagem. Neste sentido não constituímos um conjunto de leis específicas que tem por objetivo orientar os Sistemas de Ensino no que se refere à implantação das Políticas Públicas de inclusão. A Resolução CNE/CEB 02/2001, em seu artigo 8º, inciso VI, diz que "as escolas da rede regular de ensino devem fornecer e manter na organização de suas classes comuns, condições para a reflexão e elaboração teórica educacional inclusiva, ou seja, há uma orientação epistemológica do campo conceitual, no qual, as redes regulares de ensino devem pautar o seu trabalho pedagógico cotidiano, sob a égide do reconhecimento e valorização da diversidade como características inerentes à constituição de uma sociedade democrática, tendo como horizonte o amor ético dos direitos humanos, na construção de sistemas educacionais inclusivos, na perspectiva do acesso, condições de permanência e continuidade dos estudos, rompendo com uma concepção excludente, tidas até então. Mas como organizar ações cotidianas para tornar as escolas realmente inclusivas? Nesta esteira não promulgadas uma série de legislações e feitos investimentos públicos para a construção de pilares conceituais, teóricos, metodológicos, didáticos, infraestruturais, de recursos, bem como éticos visando embasar tal perspectiva. Podemos destacar entre tantos documentos legais, o Decreto 7.611 de 2011 que versará sobre o atendimento educacional especializado (AEE) e a formação dos professores em suas diversas dimensões e atuação, também, e mais recente, a Lei Brasileira de Inclusão.

da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que apesar de ser uma lei de amplo aspecto, não abrange no âmbito educacional, versa sobre questões fundamentais referentes à estruturação cotidiana e ações pedagógicas necessárias à garantia do direito dos sujeitos a terem uma escola inclusiva, adaptada às suas necessidades individuais. Deste modo, a Política Pública para inclusão entende acessibilidade como sendo as possibilidades e condições de alcance e utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, equipamentos em geral, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias pela, digamos, estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Ao pensarmos em acessibilidade, exige-nos promover a eliminação de barreiras à aprendizagem pelos sujeitos, ou seja tudo que impede ou seja, digamos, mostre como obstáculo à participação social e ao gozo ou à fruição e exercício dos direitos, legais, barreiras arquitetônicas, de locomoção, de comunicação, atitudinais ou de comportamento e ou barreiras tecnológicas, sendo necessárias adaptações de diversas naturezas na escola, entre elas, com relação ao currículo. Ao promover a inclusão garantindo o acesso é promover adaptações curriculares com base nas singularidades dos sujeitos, utilizando para tal, um conjunto de atividades, meios pedagógicos, recursos específicos, necessários para que cada estudante, de acordo com suas especificidades cognitivas, psicoafetivas, motoras e afetivas existam. Essas adaptações curriculares podem ser de pequena a grande porte se materializando em Planos de Atendimento Educacionais Especializados que apontarão as referências de referência, bem como as profissionais de apoio escolar, quando necessário, o conjunto de recursos necessários ao estudante, bem como as mediações pedagógicas, as necessidades com relação à comunicação, bem como as práticas de avaliações individuais. Este currículo individualizado, adaptado e flexibilizado também apontará a necessidade de complementação ou suplementação curricular a ser desenvolvida pelo Apoio Educacional Especializado em Sala de Recursos, quando necessário,

tem, como ao tempo para aprendizagem que os estudantes poderão vir a precisar. Neste modo, vemos que incluir exige, numa série de ações e planejamentos pedagógicos para que o direito dos estudantes possa ser, plenamente exercido.

Questão (02) - A formação inicial e continuada no Brasil, sempre foram questões sensíveis às cotidianas da educação e as políticas educacionais. Os poucos investimentos na, digo de recursos públicos na educação, fazem com que, historicamente a formação dos professores seja constituída de forma frágil. O grande desafio hoje, diante de uma formação inicial, que nem sempre dá condições objetivas dos professores conhecerem a realidade concreta de cotidianos das salas de aula e da diversidade nela existente, está exatamente na formação continuada de professores e profissionais. Não há como a formação inicial dar conta de formar em termos de preparação para toda a multiplicidade de deficiências, transtornos, bem como especificidades humanas que uma educação numa perspectiva inclusiva, deverá acolher e promover. Hoje, a formação continuada, como política complementar e contínua a formação inicial, precisa não apenas formar pedagogicamente e didaticamente para que os profissionais sejam capazes de eliminar barreiras e promover adaptações que promovam a aprendizagem, bem como, ser capazes de ser continuamente levados à uma atitude de pesquisa e criação de planejamentos e recursos de acordo com as necessidades individuais dos estudantes. Apesar deste perfil profissional, não ser uma tarefa fácil, pois exige constante mobilização de saberes profissionais, equilibrando e reequilibrando, aprendizagens formativas às novas exigências dos estudantes, não há como, numa perspectiva inclusiva, concebemos uma formação profissional pedagógica estática, com base em manuais e serem reproduzidos. Neste sentido, a educação na contemporaneidade, exige que a formação inicial e continuada dos professores e demais agentes educacionais, mobilizem a profissionalidade destes sujeitos para o acolhimento, para as singularidades, para o direito, para o olhar das diferenças e para a promoção da sua própria formação em movimento em prol da aprendizagem dos estudantes.

Questão 03 - Proposta 1 - Educação Infantil: Uma turma de crianças de 04 anos está desenvolvendo o Projeto Horta, quando observaram que as couves que iriam colher para fazer para a sopa do almoço estavam sendo comidas pelas lagartas. Havia entre as lagartas um casulo, já rompendo, saindo dele uma borboleta. Na turma há inclusive uma criança cega, que acompanha todo o projeto de trabalho na horta, experimentando por meio do tato, e demais sentidos e a explicação das crianças. Mas diante do achado, o casulo, a professora propôs, construir um borboletário para estudar o ciclo da transformação da lagarta em borboleta. A professora, traça os objetivos, discute as hipóteses com as crianças, reune os recursos e juntos criam estratégias para que a criança cega possa compreender melhor o processo que ocorre no borboletário. Delinham que irão registrar dia a dia em um calendário de desenhos, como estão acontecendo as transformações no casulo, porém além de desenhar, decidem fazer um vídeo diário contando o processo, além de construir uma linha de tempo tátil, de todo o processo contribuindo para que a colega construa a imagem mental do processo.

Questão 04 - Proposta 2 - Ensino Fundamental: Turma 2º ano E.F. Tema do Projeto: Saúde e economia. Objetivo: Aprender sobre alimentação saudável tendo atenção à economia doméstica. Conteúdos trabalhados: Alimentos, tabela nutricional, lista de compras, economia doméstica reaproveitamento de alimentos, educação financeira. A professora iniciou o projeto com uma visita a feira. Na turma, há um aluno autista com interesse em matemática e um cadeirante. A visita à feira exigiu algumas adaptações, entre elas, ir ao final da feira pela dificuldade de movimento, facilitando a locomoção e tranquilidade da visita, além de encontrarem itens mais baratos e que pudessem ser reaproveitados, favorecendo a economia doméstica e o consumo responsável. Na visita, observaram preços, compararam e realizaram compras, utilizando o apoio de recursos para cálculos aos que precisavam e os colegas com mais facilidade na matemática trabalharam como mediadores. Na Escola, reproduziram a feira, simularam de compra e venda, organizando listas de compras com alguns requisitos (tempo/quantidade de pessoas da família). Ao estudar sobre alimentação saudável, realizaram uma receita de reaproveitamento de alimentos, por grupo, e após socialização coletiva:

1) A política educacional brasileira para a Educação Especial, atualmente, está voltada para a consolidação da proposta que visem uma educação inclusiva. Isso porque vivemos constituindo um movimento social nas últimas décadas, principalmente após a Constituição de 1988 e em especial, na educação, após a promulgação da LDBEN 9394/96, que contemporaneamente buscam garantir o direito da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, não apenas o acesso ao ensino regular, mas a permanência em condições qualitativas aos sujeitos para que possam aprender. Neste sentido, são constituídas um conjunto de leis específicas que orientam os Sistemas de Ensino no que se referem a implementação das Políticas Públicas de inclusão. A Resolução CNE/CEB 02/2001 em seu artigo 8º, para tal, diz que "as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns, condições para a reflexão e elaboração teórica educacional inclusiva (inciso VI), ou seja, há uma demarcação epistemológica do campo conceitual, no qual as redes regulares de ensino devem pautar o seu trabalho pedagógico cotidiano, sob a égide do reconhecimento e valorização da diversidade como características inerentes à constituição de uma sociedade democrática tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos humanos, na construção de Sistemas Educacionais inclusivos na perspectiva do acesso, das condições de permanência e da continuidade dos estudos, rompendo para tal, com uma concepção excludente, arraigada em nossa sociedade até então. Mas como organizar ações cotidianas para que as escolas se tornem realmente inclusivas? É então que são promulgadas, na esteira, uma série de Decretos, Diretrizes e Leis para dar condições efetivas para a construção de pilares conceituais, teóricos, metodológicos, didáticos, infraestruturais, de recursos e éticos visando embasar tal perspectiva. Podemos destacar entre tantas legislações específicas além do Decreto 7.611 de 2011 que versará sobre o atendimento educacional especializado (AEE), a Lei Brasileira de Inclusão